

## POLÍTICAS PÚBLICAS, TERAPIA OCUPACIONAL E EDUCAÇÃO

### JÂNIO ALEXANDRE DE ARAÚJO

Bacharel em Gestão de Políticas Públicas (UFRN), graduando em Terapia Ocupacional (Unifatecie) e mestrando em Educação (Ppged - UFRN). janioaraujori@gmail.com;

### BÁRBARA CAMPOS GINES LORENA DE SOUZA

Mestranda em Educação Especial (UFRN). ginesbarbara@hotmail.com

### RESUMO

As novas concepções educacionais instauradas desde a redemocratização do país, ensejam para uma formação integral e direcionada para a qualidade e inclusiva, por isso entra em campo inovadores estudos e práticas das mais variadas áreas, sendo uma delas a terapia ocupacional (T.O), ciência essa ainda pouco aplicada nas escolas públicas, porém de essencial relevância para o desenvolvimento do sujeito. Diante disso, o centro de interesse do trabalho é refletir e discutir sobre a inserção da terapia ocupacional como política pública educacional. A pesquisase dá ao passo de uma investigação bibliográfica, utilizando obras de autores consagrados na política educacional e na terapia ocupacional, além da revisão de artigos e outros documentos oficiais que deslumbram as temáticas centrais. Além disso, foi aplicado uma abordagem exploratória. O estudo mostrou os principais aportes da terapia ocupacional na dimensão educativa, ainda é perceptível que as políticas públicas ainda são incipientes, porém há um movimento de profissionais, pais e estudantes em alavancar e cobrar da esfera pública ações mais efetivas, nas quais vão compor um rol de garantias relevantes para o ser aprendiz. As propostas de atuação do terapeuta ocupacional precisa estar alinhada com o contexto da escola, e especificamente com a relação aluno-professor. Delimitar uma política pública capaz de atender as dimensões multiprofissionais é uma urgência, tendo em vista que o público da escola cada vez mais está plural, e além disso há um panorama nacional de leis aplicadas

a educação notoriamente significativa e inclusiva. Por fim, foi constatado que se deve caminhar muito para que as políticas públicas educacionais aplicadas a terapia educacional seja efetivada. Outro ponto é que os governos precisam reconhecer a importância das técnicas de T.O são possibilidades para reabilitação e orientação dentro do lócus escola.

**Palavras-chave:** Inclusão, Política Educacional, Terapia Ocupacional.

## INTRODUÇÃO

A contemporaneidade permitiu que as várias áreas da ciência pudessem se relacionar de forma mais interligadas e substancialmente necessárias para as implicações para o desenvolvimento do sujeito.

A Terapia ocupacional e suas interfaces de atuação permite que essa interação seja cada vez pertinente no contexto escolar, pois as aprendizagens não se resume somente naquilo que está imposto de forma passiva para o aprendiz, mas sim como forma de projeção e emancipação de atitudes acionadas por uma interação multiprofissional e significativa.

A Terapia ocupacional (TO) edifica com a educação marcos teóricos e práticos no que diz respeito aos preceitos de um movimento inclusivo qualificado e fortalecido, podendo se estender à níveis que vão além das paredes da escola, o que só unifica importantes debates sobre as barreiras tão vislumbradas pela ausência de políticas públicas vigorantes.

A Educação reverbera a inclusão de métodos e práxis inovadora, assim a terapia ocupacional no contexto escolar, debruça para promoção da qualidade vida dos sujeitos aprendizes, sugerindo ações que melhor estimule e auxilie o educador.

Assim, o objetivo do estudo é realizar uma análise da interação da Terapia ocupacional com educação, conceituando as políticas públicas.

O tema possui relevância no âmbito social, pois mostra uma ideia cada vez complexa e interessante de como a sociedade em sua dinâmica tem dado importância em se trabalhar como várias áreas integradas e basilar para o desenvolvimento humano. É corriqueiro vermos, por exemplo, adultos responsáveis pelos educandos, exigindo uma intervenção dos profissionais da terapia, isso se deve a essa nova conjuntura educacional.

No seio das discussões acadêmicas, a relação da educação básica com a TO, transborda e rompe com aquele pensamento tradicional e hegemônico, do qual cada ciência tem apenas um escopo de abordagem, por isso nas universidades precisamos perceber que investigar a relação holística entre saúde e educação vai muito além da concretização de produção científica, pois o caminho que se pretende chegar é a relação real do teórico com o desenvolvimento humano na prática.

Assim a TO no contexto escolar observa a avaliação e a intervenção no desempenho ocupacional do estudante, realizando adaptações de locais, conteúdos específicos, conforme as necessidades do indivíduo, obviamente, focando na autonomia e inclusão dos seus estudos.

## METODOLOGIA

A metodologia elencada nesse trabalho está dividida em dois momentos, sendo que no primeiro, abordamos uma visão da revisão bibliográfica e documental, pois segundo Gil (2002), esse tipo de abordagem tem como vantagem a ampliação da investigação científica, colocando o pesquisador em contato com maior parte dos estudos já produzidos. A pesquisa bibliográfica e documental também permite aprofundar reflexões e trazer novas visões do objeto de estudo, além disso revisar documentos e teóricos permite a familiarização com vista a tornar esse foco de pesquisa mais explícito.

O segundo momento do passeio metodológico, se aportou para a abordagem qualitativa, tendo em vista que essa modalidade se caracteriza por um direcionamento dialético e motivações que tem a ver com aquilo que não se pode quantificar, assim Minayo (2000) que a quantificação pode proporcionar debate para um universo de significados atitudes e crenças.

Nessa esteira, o caminho metodológico apresentado conversa com a temática interseccional entre terapia ocupacional e educação, transformando a abordagem devidamente analítica para os parâmetros desses campos de pesquisa.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de adentrarmos no cerne do objeto de pesquisa, precisamos pontuar o as características das políticas públicas, suas implicações para o a TO e educação. Desse modo, a iniciativa pública governamental observa os vários atores e instituições que se envolvem na formulação de ações em um sistema democrático e orientador.

Essa primeira fase de formulação requer ainda que os interesses sejam necessariamente direcionado para resolução de um problema, porém sem favorecer determinados grupos ideológicos e políticos, por isso Thomas Dye (1984) diz que política pública possui uma relação com as vontades do ente governamental, todavia antes disso precisa entrar em contato com embate de ideias, hipóteses e definições, prezando por uma visão ampla do processo de constituição relacionados a simbolização de possíveis soluções.

Em seguida, é apresentado a agenda da política pública, sendo essa etapa importante para eleger os temas mais relevantes para resolução do problema. Para complementar Secchi (2009) diz que há duas agendas a serem tratadas no plano de formulação.

A primeira é a notadamente institucional, ou seja, aquela mais formal e que foca na resolução das situações de cunho público, a outra agenda é a política, essa por assim dizer, tem características tarefas de sujeição ideológica e até mesmo midiática, em que diversas forças tentam impor os temas mais interessantes para determinados grupos. É nesse momento que o setor público vai encontrar um cenário de possibilidades quanto as necessidades do orçamento público.

Outro passo do ciclo de formação das políticas públicas é a formulação de alternativas, pois é nesse momento que se procura caminhos para a resolução do problema de forma mais ágil e técnica, assim as estratégia de ação aparece de forma mais concretas, seguindo regras e condutas claras.

A próxima de etapa é a tomada de decisão, que só pode acontecer quando todas as discussões de agenda e formulação foram esgotadas, ou pelo menos equilibradas em sentido democrático. Lindblon (1959), advoga dizendo a tomada de decisão possui um fator complexo na sua efetivação, pois os grupos interessados, por vezes, querem criar oportunidade para se promover ou realizar ajustes de acordo com seu propósito individual, distanciando do caráter técnico e adentrando no campo político. Diante disso é necessário entender que as decisões devem maximizar o bem-estar público e se reportar sempre as etapas anteriores.

Posteriormente, existe uma nova etapa das políticas públicas, que é a implementação. Nessa etapa há entraves técnicos e políticos que precisam ser levados em consideração, pois o repertório de execução mal realizado pode levar ao fracasso das ações.

Assim, a implementação precisa definir qual o ente que vai colocar em prática o que se foi proposto, pois o que se pode observar em muitas situação é a ausência de órgãos que saibam fazer execução de modo eficaz, tendo em vista que em propósito democrático a política pública deve ser implementada de maneira compartilhada e não de cima para baixo, ou seja, do poder central hierárquico para os entes com atuação local.

E por fim, mas não menos importante encontramos avaliação da política pública, inclusive essa etapa é considerada por Jenkins-Smith (1993) como a fase na qual podemos além de perceber os impactos da ação, há o compromisso de averiguar se a política deu certo. A avaliação requer instrumento que mensurem de forma efetiva o que se foi implementado e seus parâmetros para as próximas iniciativas.

O fato é que Enrique Saraiva (2006) permeia suas reflexões baseada em aspectos de linearidades histórica. Na verdade sua extensa trajetória no estudo

do Direito Administrativo e na Administração pública, pela Universidade de Paris I, sendo professor titular e coordenador do Núcleo de Estudos de Regulação da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, ajuda a fomentar uma análise crítica da política pública em termos de introdutórios.

É interessante notar que as visões estatais da política pública, focaram há muito tempo no âmbito jurídico, procurando assim se basear em normas que aparelham a atividade estatal, hoje essa visão ainda é presente nos Estados Unidos, que combina os atos jurídicos da administração aos atos privados, normativos e se entende por normativo o preceito, quando a sugere o que seria feito, já na América Latina se ostentou num legalismo e deixa de lado as realidades constitucionais que permeiam as composições públicas.

Na verdade o que ocorre na América Latina é um aprofundamento do Direito Administrativo mais separado da Administração Pública. Apesar de que a florescência da visão mais administrativa da política pública foi nos Estados Unidos, procurando estabelecer o interesse comum versus os interesses particulares.

Ao invés de um administrador público que focava na eficiência, tomado por decisões de executórias, o autor ressalta que administrador necessitaria de uma percepção mais decisória, próxima a uma integração essencial para o desenvolvimento social, ou seja, procurar formular políticas públicas próximas dos preceitos menos partidários, nepotistas e de favoritismo alheio da verdadeira Administração Pública.

Saraiva(2006, p. 45) traz a perspectiva da globalização “como uma interação entre os indivíduos, empresas e outras organizações nacionais e internacionais, bem como entre Estados tem-se intensificando como consequência”, facilitada pela evolução da tecnologia e das comunicações ocasionando um constante ajustamento das estruturas organizacionais de acordo com as novas necessidades. E trazendo, assim a preocupação mais internacionalizada, porém, com grandes sistemas institucionais da função pública.

As vozes estatais para esse processo de transformações mais institucionalizadas foi evidenciada nas décadas de 50 e 60, quando as técnicas de planejamento estratégico se firmaram mais dinâmicas, houve uma internacionalização órgãos estatais, e capazes de modelar um traçar desse cenário flexível.

Já nos anos 70, por causa de acontecimentos que modificaram o surgimento de novas variáveis de planejamento governamental, como exemplo guerras, crise do petróleo e financeiras, tornaram os sistemas mais lentos e rígidos. Mas é percebido efemeramente, pois na década de 80 a concepção de

atividade governamental, volta a ser mais dinâmica, mas com o deslocamento para ideia de política pública, sem o distanciamento dos aspectos mais positivos do planejamento. Ocorrem nesse momento a descentralização e a participação da política pública.

Por isso o autor retrata que em síntese a política pública deve prover o funcionamento da máquina pública, harmonizando as vontades entre o estado, a sociedade, política e políticas públicas. Na América Latina o autor ressalta nuances de políticas públicas, que podem ser consideradas mero discurso tecnocrata, mas também há categorias de políticas públicas bem diferentes dos países mais desenvolvidos que, logicamente, tem seu grau de descontinuidade, porém esse grau é respondido pelo fato das rápidas mudanças que são acometidos.

O ponto culminante do texto é quando a Saraiva relata a conceituação da política pública, seria nada menos do que um fluxo de decisões públicas ou decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e alterações que elas provocam no tecido social.

Mas pode-se contribuir que os fins da política pública não é aumentar a ordem técnica e sim a justiça social. O favorecimento social torna-se de demasia importância, visto que, a realidade dos setores poderá ser modificada de certo modo. Por isso a ausência de uma ordenação considerada tranquila, pois os processos políticos se manifesta até muito mais do que aparelhos de racionalidade lógica, o autor procura se prender a um conceito mais racional da política pública e esse modelo mais racional contribui para engajamento do formulador de política, transformando-se num discernimento de uma política como produto e resultado de específica atividade governamental.

Por fim o autor observa que as suas inovadoras etapas, e já começa fazendo a distinção entre elaboração e formulação de política pública, a elaboração seria um antecedente da formulação, ou seja, uma preparação, já a decisão seria uma tomada de decisão por uma representação política embasado na norma jurídica.

A agenda primeira etapa do ciclo de uma política pública –deve-se ressaltar que esses ciclos não são fixos para todos os autores- busca trazer os fatos sociais com o status de problema, transformando objeto de polêmicas e discussões, e cabe assim a explicação de algumas inações, que seria o ato de não agir numa política pública, com preceitos quiçá até dinâmicos, pois assim não se gastaria um esforço, possivelmente, desnecessários.

A elaboração como já foi dito é a margem ou delimitação da problemática, a avaliação de custos, por isso traz um carga de conhecimento de orçamento público, e nessa fase que os interesses dos atores individuais.

Como lembra o autor a política nessa face pode ser vista como barganha. Na formulação a busca é pela questão das conveniências, os atores juntos aponta a decisão tomada junta, traçam o marco jurídico e seus objetivos administrativo e financeiro já finalizado.

A implementação e, diga-se de passagem, é a mais difícil, pois são contidos os programas de projetos, a conversão da política para a sociedade, consequentemente, a eficaz comunicação e comando. Se o efeito da política mascarou algum sinal de erro é comum nessa ficar mais evidenciado isso. Seria a ultima peça do efeito dominó. A execução evidencia as ações é por em prática, os resultados nessa fase é buscado.

O acompanhamento procura saber supervisionar e cabível de correções, a equipe técnica no acompanhamento é necessária – não que nas outras seria necessário a equipe técnica-. Avaliação para o autor foi a área que mais se desenvolveu nos últimos tempos, é nessa fase que a apreciação pode ser vista, se deu certo ou não, e as vezes procurar saber se a política publica deu certo ou não, pertence a um que requer bons estudos, sinais que a política pública funciona em um certo ponto, mas falha em outro, ou se deveria ser de caráter provisório, mas está num patamar permanente.

Esse viés das diferentes visões da atividade estatal, as perspectivas da política pública, a conceituação, as características e o processo, são intimamente importantes, visto que, as soluções tomadas na politica pública necessitam de um arcabouço para a análise circunstancial de soluções nada estática, ou seja, influenciada por uma dinâmica da atração pela justiça social. Podemos dizer que busca-se nobremente influenciar nas questões mais adequadas de uma política pública multidisciplinar.

Agora adentramos em uma discussão crucial que costura melhor as discussões aqui retratadas, logo é necessário abordar o que estuda a Terapia ocupacional (TO) e as atribuições desse profissional.

A TO estuda a relação entre as ocupações da vida humana em sua relação com o desenvolvimento do sujeito, por assim dizer é uma ciência que muito há se desbravar, ou por ser relativamente nova ou por ter ainda incipiente discussões aplicadas em outras áreas.

Contudo Guimarães (2004), afirma que pela sua capilaridade, há uma dificuldade em conceituar as atividades ocupacionais e até mesmo o cerne da TO, mas sabemos que as mais importantes atualizações sobre a Terapia ocupacional está em debruçar na execução e teorização sobre a ação, o fazer e movimento, aliados a correlação entre o possível e o saber.



A atividade é definida como a ação enérgica que relaciona em virtude das habilidades humanas para alcançar determinado objetivo e de forma específica, existe a atividade terapêutica na qual é considerada outros aspectos cognitivos, emocionais comportamentais e até históricos do sujeito. Em suma, Ferigato (2007) complementa dizendo que a parte terapêutica é indissociável do processo criativo, do subjetivo e do objetivo delineado pela transformação da realidade humana.

Para expressar o significado da TO, é crucial abordarmos qual o significado de ocupação e suas implicações diante do cenário atual, esse termo por sinal está em questão por várias situações, uma delas está na seu viés multifacetado, pois o conceito de ocupação é polissêmico. Para uma vertente, a ocupação é um composto de atividades diárias de forma proposital, a qual os sujeitos se engajam colocando valores pessoais e subjetivos, diante disso a construção social e cultural dessas tarefas são interpretadas no seio da sua historicidade.

As ocupações são ações simbolicamente construídas por desenvolvimento humano, podendo ser adaptadas em decorrência da história dos sujeitos, influenciadas pela participação de outros sujeitos.

Como ilustração, nós podemos observar um estudante da educação básica nos anos iniciais que acabara de ingressar no anos finais do ensino fundamental, provavelmente suas tarefas curriculares, serão distintas daquelas da etapa anterior, bem como as suas atividades de convívio e rotina.

Yerxa (1993), as ações da ocupação como ciência requer uma sistematização e sentido de bem-estar que demanda ainda um conhecimento do seu potencial atreladas aos processos sociais e culturais. É um sistema de regras, hábitos e habilidades voltados aos papéis sociais.

A abordagem da TO se volta para as questões multidisciplinares em que é caracterizado a criação de novos domínios do conhecimento, podendo ainda refletir sobre aquela atividade para sua vida.

O corpo se fundi com a atividade, pois a mente é transformadora de atitudes, assim explorar as linhas do desenvolvimento no contexto terapêutico é também sobre o incentivo a liberdade dos sujeitos, quanto plurais e nato de engajamento por essa natureza multifacetada, focando na função essencial da TO.

O ser humano como ser ocupacional envolve elementos de satisfação, atitudes e relações interpessoais, sob um fundo cotidiano de habilidades que esses consideram importante para a sua evolução. É o que Wilcock (1994) elenca como o autodesenvolvimento para a mudança mais personalizada. Ao

considerar pessoas como seres ocupacionais, fica implícita a necessidade que os seres humanos tem de engajamento em ocupações, a fim de florescer, e que o uso intencional do tempo é uma necessidade biológica.

As ocupações dotadas de virtudes humanas, tem interfaces voltadas para a singularidade de cada indivíduo, ou seja, não podemos generalizar uma atividade ou a incapacidade dessa pelos mesmos fatores circunstanciais de tal modo a finalizar um trabalho em detrimento das do bom senso.

A educação é uma área de intervenção da TO, pois de acordo com Rocha (2007) essa ciência atua no campo interdisciplinar em que se procura realizar intervenções com estudantes com ou sem deficiência, realizando também ações quanto ao equipamentos educacionais, familiares e outros profissionais da escola, diante disso há uma fortalecimento do potencial desses clientes.

Nessa esteira, esses profissionais precisam entender o processo ensino-aprendizagem, pois surge questões e temáticas que apenas essa simbiose poderá resolver, haja vista o desenvolvimento infantil cada vez pertinente nas políticas públicas de educação. Ou seja, é necessário observar o sistema educacional, a estruturação e os alguns desafios aos quais os profissionais passam.

Essa preocupação se deve ao fato de que o terapeuta ocupacional é um profissional da saúde e por muitas vezes ele precisa adentrar na escola de forma mais colaborativa, sabendo obviamente do seu papel social e simbologia naquele espaço. Medida essencial para não culminar no estranhamento ou até mesmo hostilidade dos outros profissionais da educação.

Ação pedagógica efetiva aplica aos preceitos da TO, requer o conhecimento e ações no que tange a tecnologia assistivas, as adaptações e instrumentalização de equipamentos tecnológicos, bem como sugestões de ampliação dos espaços físicos.

Mas para qualquer ação do terapeuta ocupacional tenha relevância, não podemos esquecer do trabalho colaborativo, da escuta dos vários profissionais que acompanham os estudantes com deficiência e das deliberação de atitudes democráticas.

Porque deve ser imaginável, pensar que profissional da TO trabalhe de forma isolada ou preceito de hierarquia perante os outros educadores. Segundo Barros (2016), isso pode culminar em se definir as dificuldades de ocupação e centralização de práticas pedagógicas em apenas um profissional.

Reinventar novas ocupações no processo escolar, requer tornar a dinâmica da escola como uma relação de inclusão que promove do desenvolvimento

humano e social do aprendiz, deixando de focar nas deficiências e incapacidades para uma intervenção de potencialidades e estimulante.

Ávila (2009) traz uma discussão essencial sobre a profissão no âmbito educacional ao defender que é nesta configuração que se encontra a importância da atuação do terapeuta ocupacional, como um profissional de fortalecimento na rede de educação, visando à instrumentalização do estudante e da escola para uma dinâmica pedagógica efetiva.

Os aportes do profissional deve ultrapassar as anotações e modificações de recursos através da tecnologia assistiva, é necessário que haja de fato uma imersão educacional para que apareçam oportunidades de contribuição ainda mais significativa da Terapia Ocupacional, uma prática que perpassa a reestruturação das escolas, das classes, da atenção individualizada do aprendiz, dando uma visibilidade e uma aprendizagem maior das suas potencialidades, assim como o alcance satisfatório do meio sociocultural que este aluno está inserido.

Assim, a escola sendo um ambiente social, deverá ser para todos os envolvidos no processo educativo, um local promissor de troca e vivência de experiências, contribuindo de maneira positiva na efetivação de uma aprendizagem significativa e flexível. Com isso, os educadores, enquanto mediadores do conhecimento devem oportunizar o crescimento do desenvolvimento, oferecendo um ambiente de qualidade que estimule as interações sociais, onde a criança possa atuar de forma autônoma e ativa, fazendo com que venha a construir o seu próprio processo de aprendizagem.

A educação é a representação a prática e simbólica da sociedade, que transforma o pensamento de acordo com as particularidades de cada sujeito, sendo que a garantia dessa pressupõe ainda o respeito às individualidades dentro da coletividade. Aprender é redescobrir sua função social e entender as premissas gerativas. Outro ponto é a emancipação, tal característica é normatizada pelo direito constitucional, que se inspira a aplicabilidade para proteção do aluno.

Precisamos de uma educação que luta contra a fragmentação, o individualismo, na escola e na sociedade, para que tenhamos um mundo mais solidário, um indivíduo mais criativo e feliz, assegurando que a história não é uma fatalidade, mas sim, uma possibilidade, que nós, sujeitos dessa história, temos a responsabilidade de construir e de acreditar, objetivando um mundo mais justo e igualitário.

Segundo Milanez (1993, p.218): “A sociedade contemporânea está marcada por mudanças rápidas e profundas, seja pelas novas circunstâncias que impõe, seja pelos instrumentos que tornam disponíveis”, transformando a vida

e as instituições, e, portanto, a escola. Então, de acordo com essas mudanças, a escola deve se encaixar nos desafios proporcionados pelos discentes atuais, que são bem diferentes dos discentes do passado.

O que tem se observado é que a escola apresenta um discurso avançado, mas que na prática existem muitas limitações. Existe o desafio de se ter conhecimento de quais conteúdos escolares são necessários para dar conta de um momento de mudança tão acelerado na produção do conhecimento e da informação, como também de enfrentar as contestações dos alunos, da violência explícita à evasão, do espaço escolar que já não faz sentido para o menor em conflito com a lei como ambiente de aprendizagem, e os mesmos não dão importância aos trabalhos escolares.

Nossa sociedade, impactada pela cultura digital, oferece meios para que as relações sociais e o acesso a informações, mesmo que ainda de forma desigual, por meio da internet nos permite conhecer, construir saberes, pois é de acordo com Castell (1999) um produto cultural. Foi sistematizada a partir de valores como liberdade e autonomia. Portanto, o tipo de tecnologia em rede e o tipo de padrão cultural inspirada na autonomia coincidem.

Por meio da conexão em rede, somos ao mesmo tempo emissores e receptores de informações em tempo real ou não e de forma local ou global, simultaneamente. E, ainda, passamos a ser produtores de informações, por meio dos inúmeros recursos para produção de conteúdos que temos acesso.

Um aspecto importante a ser observado nesse universo de desenvolvimento tecnológico que, com o aperfeiçoamento de algumas tecnologias e a criação de outras novas, ao longo dos tempos foi sendo possível conjugar alguns recursos tecnológicos.

Isso favorece cada dia mais tanto a produção, quanto a circulação de informações e conhecimentos. Podemos usar uma analogia de (HENAFF, 2008, p. 30) diz que “todo conjunto de pontos ou de vértices interligados em que o local atinge o global por ligações sucessivas.”

As possibilidades de comunicação e interação da atualidade traz aspectos muito importantes para as relações sociais, em especial, quando falamos das influências das culturas neste contexto. Portanto, é necessário um olhar atento às transformações da sociedade e das culturas, para que seja possível sua preservação e convivência com outras culturas

Nessa mesma esteira, Levy (1998), advoga se os sujeitos são fonte de conhecimento, a recíproca é imediata. Por meio da própria experiência de vida,

de percurso profissional, das práticas sociais e culturais, e dado que o saber é coextensivo à vida, oferecemos recursos de conhecimento a uma sociedade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Terapia Ocupacional no contexto escolar é uma ferramenta potencializadora para alavancar o desenvolvimento humano do apreendente, o estudo mostrou que os desafios para inserir esse profissional nas escolas perpassa por várias questões como a falta de conhecimento das atribuições desse profissional, a pouca sensibilidade sobre as questões de educação inclusiva e além disso a pífia ideia de centralização da suas ações em questões pontualmente do plano clínico. Contudo, as adaptações curriculares, dos espaços e das práticas no seio do processo de ensino-aprendizagem, exige um olhar cada vez mais holístico e de atitudes significativas.

Verificou-se ainda que a TO é uma ciência interdisciplinar por vários motivos, um desses é a transformações social, via aprimoramento das ocupações mostrado por um currículo escolar flexível e adaptado. Consequentemente, os vários atores da escola poderão ser contribuidores do fazer terapêutico e das interações sociais que se insira a família e outros parceiros educacionais.

As políticas públicas formuladas para a Terapia ocupacional em contexto escolar, precisam ser efetivamente aplicadas e até mesmo pensada em plano nacional de articulação de ações, auxiliadas por um aparato técnico, jurídico e orçamentário, pois sabemos que a falta de investimento educacional é uma das maiores mazelas no Brasil.

Por fim, é essencial que se invista em formações focalizadas no pesquisa e metodologias educativas aplicadas para as interfaces da Terapia ocupacional, sendo esses momentos de aprendizagens uma oportunidade também para que outros profissionais possam conhecer e se engajar nas perspectivas que subsidiaram a terapia ocupacional escolar

## REFERÊNCIAS

ÁVILA, A. H. D. **Refletindo sobre a inclusão escolar:** contribuições da terapia ocupacional através de uma pesquisa-ação. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Terapia Ocupacional) - Faculdade de Ciências da Saúde do Centro Universitário Metodista – IPA, Porto Alegre, 2005

BARROS, D. **Contribuição para a discussão do Qualis de terapia ocupacional no Brasil.** Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo. v. 14, n. 2, p. 52-63, maio/ago. 2016.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999

DYE, T. **Understanding Public Policy.** Englewood Cliffs: N.J.: Prentice Hall, 1984.

FERIGATO, S. H. **O agir criativo em Terapia Ocupacional:** uma reflexão filosófica a partir dos paradoxos da contemporaneidade. Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, São Carlos, v. 15, n. 2, p. 131-198, 2007.

GIL, A. **Métodos e técnicas em pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIMARÃES, D. S. L. **Análise de atividades e formação do terapeuta ocupacional:** um estudo com os preceptores de estágio da UFPE. Revista de Terapia Ocupacional da USP, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 63-70, 2004.

HENAFF, M. **Laville qui vient.** Paris: L`Herne, 2008.

JENKINS-SMITH, H. **Policy Change and Learning:** The Advocacy Coalition Approach. Boulder: Westview Press, 1993.

LEVY, Pierre. **O que é o virtual.** São Paulo: Ed. 34, 1998.

LINDBLOM, C. E. **The Science of Mudding Though.** Public Administration Review. 1959.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ROCHA, E. F. A **Terapia Ocupacional e as ações na educação: aprofundando interfaces.** Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo. v.18, n. 3, p. 122-127, 2007

SARAIVA, Enrique. **Introdução a Teoria da Política Pública.** In: Saraiva, E; Ferrarezi, E (orgs.). Políticas Públicas. Coletânea, ENAP, Brasília, 2006.

SECCHI L. **Modelos organizacionais e reformas da administração pública.** In: Políticas Públicas e Desenvolvimento: Bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: Ed UnB, 2009.

WILCOCK A. **A Theory of the human need for occupation.** J Occup Sci. Melbourne. 1994.

MILANEZ, V. **Pedagogia do oral:** condições e perspectivas para sua aplicação no português. Campinas, SP: Sama, 1993

YERXA EJ. **Occupational science:** A new source of power for participants in occupational therapy. J Occup Sci. Melbourne. 1993.